

## Relações entre “ideologia de gênero” e assédio: o poder dos discursos na constituição de comportamentos

### Relationships between “gender ideology” and harassment: the power of discourse in the constitution of behaviors

Rita de Cássia Portella <sup>1</sup>

Rochele da Silva Santaiana <sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo integra uma pesquisa a nível de Mestrado que procura trazer elementos para a discussão sobre correntes de pensamento que alimentam discursos sobre gênero, nomeados *ideologia de gênero*, sejam conservadores ou liberais. Objetiva a análise de i) discursos constitutivos de práticas de assédio sexual, no exercício daquilo que algumas subjetividades institucionalizadas chamam de autonomia e ii) discursos que fomentam e formulam o uso adestrado do termo *ideologia de gênero*. Inspirado no arcabouço teórico foucaultiano, que define a governamentalidade vigente e confere propriedade às análises discursivas, o artigo traz como problema de pesquisa: como se constitui a subjetividade do brasileiro, homem ou mulher, que reivindica o poder da família normativa e não compreende a própria contradição ao permitir, incentivar ou produzir assédio? Buscou-se as condições de possibilidade que fazem emergir discursos conservadores e ao mesmo tempo geram um ambiente próprio para as discussões sobre assédio sexual. O artigo aponta para o termo *ideologia de gênero* de origem católica instituída na sociedade neoliberal. Tem como corpus analítico um comparativo entre questões filosóficas de obras midiáticas da atualidade, utilizadas para sensibilização, e as normativas recentes das legislações de ensino voltadas para os temas de gênero e sexualidade, com destaque para o Escola sem Partido e sua proposição quanto a *ideologia de gênero*. Foi realizado um investimento para procurar compreender, na historicidade atual, pontos de apoio que permitiram a constituição de subjetividades engendradas em comportamentos de assédio sexual e um complexo temor pela educação em gênero e sexualidade ministrada nas escolas brasileiras. O trabalho encaminha-se a concluir que o mecanismo governamental passível de sensibilizar contra a prática de assédio sexual não é a supressão da educação sexual, mas sim uma efetiva educação para sexualidade e gênero.

**Palavras-chave:** Educação; Ideologia de Gênero; Assédio.

**Abstract:** This article integrates research at the Masters level that seeks to bring elements to discussion about currents of thought that feed gender discourses, named gender ideology, whether conservative or liberal. It aims to analyze i) constitutive discourses of sexual harassment practices, in the exercise of what some institutionalized subjectivities call autonomy and ii) discourses that foster and formulate the trained use the term gender ideology. Inspired by the Foucaultian theoretical framework, which defines current governmentality and confers ownership to discursive analyzes, this article as a research problem: how is the Brazilian subjectivity, male or female, that claims the power of the normative family and does not understand itself contradiction in allowing, encouraging or harassing? We sought the conditions of possibility that give rise to conservative discourses and at the same time generate a proper environment for discussions about sexual harassment. The article points to the term gender ideology of Catholic origin instituted in neoliberal society. It has as analytical corpus a comparative between philosophical questions of current works of media, used for sensitization, and the recent norms of the teaching legislations focused on the

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). E-mail: rita-portella@uergs.edu.br

2 Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Doutora em Educação (UFRGS). E-mail: rochele-santaiana@uergs.edu.br

themes of gender and sexuality, with emphasis on the Escola Sem Partido movement and its proposition regarding the ideology of gender. An investment was made to try to understand, in current historicity, support points that allowed the constitution of subjectivities engendered in sexual harassment behaviors and a complex fear for gender education and sexuality given in Brazilian schools. The paper concludes that the government mechanism that can raise awareness against the practice of sexual harassment is not the suppression of sex education, but an effective education for sexuality and gender.

**Keywords:** Education; Gender Ideology; Harassment.

## Introdução

Pensar contemporaneamente na governamentalidade neoliberal, que se articula em nosso país, nos permite comparar iniciativas cerceadoras da liberdade de cátedra, como o exemplo do Movimento Escola Sem Partido<sup>3</sup> (MACEDO, 2017; PENNA, 2017) e da retomada de ideais conservadores na realidade brasileira, utilizando prerrogativa que condena um determinado conceito constituído para a dita *ideologia de gênero* (REIS; EGGERT, 2017). Originalmente de ordem religiosa católica, a *ideologia de gênero* expandiu seus ditames em nosso país através da iniciativa conservadora cristã.<sup>4</sup> O presente trabalho procura justificar-se pela importância de questionar como se constitui a subjetividade dos brasileiros e brasileiras, enquanto homem e mulher heteronormatizados,<sup>5</sup> que reivindicam o poder da família normativa, seu domínio sobre a educação sexual das crianças, mas não compreendem a própria contradição ao permitir, incentivar ou produzir assédio. O fato de que muito tem sido denunciado a respeito da violência de gênero (IBGE, 2018) e principalmente a violência contra a mulher (AGÊNCIA, 2018; OLIVA, 2019), nos traz uma via inversamente proposicional: é necessário encontrar parâmetros que nos ajudem a compreender uma relação deste aumento estatístico das denúncias (MORAES, 2018) e a proliferação da ideia de uma *ideologia de gênero*, na forma como ela é suposta e alavancada na sociedade atual.

## O foco atual para um problema antigo

Enquanto parte importante das prerrogativas de pesquisa a nível de Mestrado, este trabalho objetiva analisar a relação, convergência e/ou divergência entre dois tipos de discursos: i) discursos constitutivos de práticas de assédio sexual no exercício daquilo que algumas subjetividades institucionalizadas chamam

---

3 O Movimento Escola Sem Partido surge em 2003 por uma iniciativa do procurador Miguel Nagib, que conquistou a opinião de entidades, políticos e das bancadas religiosas das casas legislativas. O projeto de lei do Escola Sem Partido foi apresentado na Câmara de Deputados em março de 2015, e inclui propostas de mudanças para a LEI 9394/96, como por exemplo: Art. 3º. São vetadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes (BRASIL, 2015. p. 1). Como justificativa, o Escola Sem Partido diz que professores e autores de livros didáticos usam de seu poder para obter a adesão dos estudantes às suas ideologias, fazendo com que adotem conduta moral e sexual incompatíveis com o que prega a família normativa. (BRASIL, 2015, p. 4)

4 O catolicismo foi a religião predominante no Brasil até a primeira Constituição de 1891, e nos conferiu o Estado Laico (PRATES, 2017). Atualmente há uma generalização de identidades religiosas que se instaura por conta das reconfigurações, tensões e sua atuação emblemática e crescentemente impositiva no cenário político nacional. Conforme Prates (2017), o que alguns autores chamam de Bancada Neopentecostal na realidade pode ser uma junção de várias outras igrejas, de origens diferentes, constituindo uma bancada cristã de maioria neopentecostal.

5 A heteronormatividade ou heterossexualidade normativa consiste na ideia de que todas as outras formas de sexualidade são desviantes, pois esta acredita apresentar termos concretos do que seria um *modus operandi* da sexualidade dentro da sociedade.

de autonomia (GADELHA, 2009 e ii ) os discursos que fomentam e formulam uso adestrado do termo *ideologia de gênero*. Juntando experiências de encontros no âmbito educacional sobre as questões de assédio sexual, que mantiveram o ano de 2018 como um marco de movimentação em torno destas discussões – formativas e obrigatórias em muitos ambientes educacionais devido à sua repercussão institucional (MORAES, 2018; BRASIL, 2019) – o propósito deste diálogo carece de atenção pelo seu caráter político. Para tanto, pesquisar como se forma um enlace, uma rede de articulações discursivas (FOUCAULT, 2014) que constituem possibilidades para estes encontros requer rigor, amparo e sensibilização acadêmica.

O gênero na perspectiva de Scott (1995) emergiu socialmente para tratar daquilo que era compreendido como o gênero subordinado, numa busca por dar legitimidade aos estudos sobre o feminino. Mas faz-se necessário, dentro da perspectiva deste trabalho, compreender que o gênero denota “construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (LOURO, 2014, p. 26).

Fundamental expressar ao leitor o que compreendemos por uma *ideologia de gênero*, a fim de enfatizar que não há uma intenção deste trabalho em afastar-se dos conteúdos das ideologias. Uma analítica do discurso requer que procuremos compreender que a autoridade discursiva é constituída por movimentações de cunho ideológico (FOUCAULT, 2014; 2015b). Por uma lógica metodológica, nos afastamos da ideia de que a forma como a educação sexual e de gênero é ministrada nas escolas brasileiras, quando por especialistas e estudiosos da área dos estudos pós-estruturalistas, constitui-se em uma ideologia. Mais adiante poderemos discutir este ponto mais detidamente.

Em tratando de educação, importa-nos analisar a educação formal, escolar. Sabemos que a educação é compreendida como a união de processos formativos que se dão em todos os âmbitos da sociedade (BRASIL, 2015b), e que a educação sexual ocorre em todos os espaços, em todos os formatos de relação. Conforme Varela (2017), o termo *educação sexual* na contemporaneidade pode estar imbuído de prescrição e controle, confundido com novas perspectivas que procuram novas formas de apresentar o gênero e a sexualidade. A generificação e a sexualização ocorrem também e desde sempre na escola, pois os papéis instituídos nas atividades e as habilidades naturalizadas têm toda uma constituição não discutida e dada como pronta que revela o papel das instituições de ensino na constituição das subjetividades (LOURO, 2015).

### **Metodologia: das escolhas e análises**

Para realizar uma análise de discurso (FOUCAULT, 2014) com foco na governamentalidade neoliberal, utilizamos o conceito de *ideologia de gênero*, em sua amplitude e difusão, e o conceito de assédio sexual. Estes conceitos trazem em si os discursos e o papel de alguns elementos discursivos envolvidos.

Com base em dois elementos sensibilizadores midiáticos, a saber, séries televisivas norte-americanas de repercussão mundial, foram coletados problemas filosóficos da nossa atualidade que repercutem sobre os conceitos de *ideologia de gênero* e assédio sexual, quais sejam: *como nos tornamos o que somos e quem são os conceitualmente invisíveis*. Com a sensibilização proposta, a pesquisa pretende situar a problemática do assédio sexual e o conceito propagado para *ideologia de gênero* na governamentalidade neoliberal como resultados desta grade de inteligibilidade. O problema proposto “Como se constitui a subjetividade do brasileiro, homem ou mulher, que reivindica o poder da família normativa e não compreende a própria contradição ao permitir, incentivar ou produzir assédio?” procura resposta na própria proposta do projeto

Escola sem Partido, fundamentador nacional da *ideologia de gênero*, que pretende cercear a educação em gênero e sexualidade na escola através da escolha metodológica da família.

### A arte imita a vida

Durante o evento sobre Gênero e Sexualidade organizado pela Universidade Federal do Rio Grande,<sup>6</sup> em setembro de 2018, uma das pesquisadoras apresentou exemplos midiáticos atuais que ilustraram aulas ministradas para alunos do ensino médio da Rede Federal de Ensino (PORTELLA, 2018). Foi utilizada a trama distópica *The Handmaid's Tale* (2017), um drama de ficção baseado na obra de Margaret Atwood (1987) que conta como cristãos tomam o poder prometendo restaurar a paz depois da morte do Presidente e outros políticos eleitos dos EUA em um atentado terrorista. O ambiente é um país norte-americano que em meados do século XXI é regido pelas leis do antigo testamento, de regime totalitário pautado em fundamentalismo religioso e assolado por desastres ambientais, com uma sociedade que subjuga mulheres férteis como propriedade do Estado, na tentativa de combater a queda dos índices demográficos populacionais. Por detrás do enredo, os personagens procuram responder *como nos tornamos o que somos*, aludindo ao fato de não terem percebido o trâmite de tais transformações em sua rotina de vida.

Outra trama utilizada na sensibilização apresentada foi a sétima temporada da série *American Horror Story*, intitulada *Cult* (2017), cujo foco temporal alude às eleições presidenciais dos Estados Unidos de 2016. O teaser de apresentação revela satisfações, insatisfações e seus respectivos perfis sociais, incorrendo em momentos antes do resultado do pleito que se dá de forma a irromper desespero de ativistas LGBT e imigrantes. A apresentação de diversos medos constitutivos das subjetividades dos personagens traz à tona uma pauta pertinente, mas até o momento da trama totalmente esquecida: a invisibilidade conceitual das subjetividades que tornaram possível a eleição de Donald Trump.

Estes ambientes fictícios servem aqui para ilustrar e tencionar o diálogo no cenário acadêmico. Antes de uma discussão sobre acordos e desacordos com o uso da ficção, ou ainda sobre o uso de produções norte-americanas, justificamos que não se trata de um descuido. Pretendemos justificar que este uso se deve ao fato de que o curso da história em nossa realidade parece largo demais para chamar a atenção para uma problemática atual, que requer um debruçar-se e uma preocupação ainda não devidamente valorada, muito menos investigada no âmbito nacional; assim, o uso de elementos cinematográficos abre e fecha sistemas de fatos de maneira concisa.

Guardemos as questões *como nos tornamos o que somos e quem são os conceitualmente invisíveis*.

### A constituição do discurso da “ideologia de gênero” no Brasil

Um fato trazido por Scott (2012) e lembrado em outros textos acadêmicos (PEETERS, 2015; JUNQUEIRA, 2017) é o interesse da igreja católica nas questões de gênero e sexualidade da atualidade. Ocorre que ao final da primeira década do século XXI, no momento em que o mundo globalizado visava movimentos para aprovação do casamento igualitário em diversos países (G1, 2015), movimentações do

---

<sup>6</sup> A apresentação da pesquisa ocorreu no VII Seminário Corpo Gênero e Sexualidade; III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade; III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade ocorrido entre 19 e 21 de setembro de 2018, na Universidade Estadual do Rio Grande – FURG.

vaticano e de uma centena de políticos, embasadas em conclusões apressadas sobre obras autorizadas pelo Ministério da Educação Francesa, formalizaram denúncia de uma pedagogia que era inspirada numa *ideologia de gênero* (SCOTT, 2012) e negava as diferenças entre homens e mulheres. Isso para expressar a preocupação numa repercussão mundial.

Universalmente, através da igreja católica, a partir de 1990 ativistas religiosos mostram-se preocupados com o avanço de políticas públicas voltadas ao tema e vêm trabalhando para a popularização de projetos e leis que retirem direitos recém adquiridos pelas populações não heterossexuais, alegando a necessidade de reordenar a família, conforme sua origem pregressa (JUNQUEIRA, 2017).

No caso do Brasil, na mesma esteira e com a força de apoiadores que estão entre advogados e políticos surge a iniciativa do Movimento Escola Sem Partido. Por princípio o movimento procurou na família brasileira sua força impulsionadora, e na educação denominada “marxista” a razão de sua movimentação. Com o desgaste das pautas e vendo deflagrado seu lema *sem partido* como algo intrinsecamente partidário, o movimento procurou apoiar-se na *ideologia de gênero* para conquistar seguidores e manter ao seu lado o discurso da família normativa, além da bancada congressista religiosa – que no caso do Brasil é representada por uma maioria cristã neopentecostal.

Para os mentores do Escola sem Partido, para as bancadas congressistas neopentecostais e para a igreja católica, os organismos que elegem pautas como a legalização do aborto, criminalização da homofobia, direito ao casamento entre pessoas de mesmo sexo e adoção por casais homossexuais são disseminadores da “teoria/ideologia de gênero”. Segundo Junqueira (2017), dispensa-se o confronto acadêmico na discussão e é exercida uma manipulação linguística para que a igreja católica denuncie a *ideologia de gênero* “como uma forma de ‘doutrinação neototalitária’, de raiz marxista e atea, e ainda mais opressiva e perigosa que o marxismo, camuflada em discursos sobre emancipação, liberdade e igualdade” (JUNQUEIRA, 2017, p. 30). Em oportunidade para a Conferência da ONU sobre a mulher em março de 2019, Dom Bernardino Auza expressa a opinião comum do clero:

O representante do Vaticano citou também o parágrafo 155 da Encíclica *Laudato si'*, no qual o Papa afirma que a aceitação do próprio corpo “é necessária para acolher e aceitar o mundo inteiro como um dom”, pelo contrário “uma lógica de domínio sobre o próprio corpo transforma-se em uma lógica, por vezes sutil de domínio sobre a criação. Aprender a aceitar o próprio corpo, a cuidar dele e a respeitar os seus significados é essencial para uma verdadeira ecologia humana. [...] Tempos atrás – disse dom Auza - «havia uma clara compreensão do que significasse ser uma mulher”: era uma questão de cromossomos. Hoje esta clareza foi derrotada pela ideologia de gênero que lança a hipótese de uma identidade pessoal desvinculada do sexo. [...] Quando se coloca em discussão a dualidade natural e complementar do homem e da mulher – observou Dom Auza – a própria noção de ser humano é ameaçada. O corpo não é mais um elemento caracterizante da humanidade. A pessoa fica reduzida a espírito e vontade e o ser humano torna-se quase uma abstração [...] “e por que ensinam isto? Porque os livros são os das pessoas e instituições que dão dinheiro. São as colonizações ideológicas, apoiadas mesmo por países muito influentes”, também naqueles países e naquelas culturas as pessoas se opõem a essa nova e radical antropologia. (CENTOFANTI, 2019).

Termos como “aceitar o próprio corpo”, “domínio da criação”, “ecologia humana” e “instituições que dão dinheiro” são exemplos de elementos de um discurso que é interpretado pelos mais diversos e divergentes grupos. Alimenta-se a ideia de que o público-alvo da *ideologia de gênero* seriam os formadores de opinião pública, dentre os quais a Organização das Nações Unidas<sup>7</sup> seria uma das principais aliciadoras.

7 Organização das Nações Unidas, doravante abreviada para ONU.



A educação e ingenuidade da criança estaria ameaçada por uma escola deliberadamente influenciada pela UNESCO,<sup>8</sup> pois ao mesmo tempo que os pequenos são consideradas muito “espertos”, deve-se sufocar sua curiosidade e interesse sobre os temas da sexualidade (FELIPE, 2006; LOURO, 2015). Na opinião de Junqueira (2017), a igreja católica aproveitou-se de um cenário governamental favorável e de seu poder institucional (FOUCAULT, 2014) para apregoar e colher eficientemente o discurso da *ideologia de gênero*.

Podemos pautar aqui alguns distanciamentos, principalmente porque a dominação discursiva religiosa no Brasil, no cenário governamental atual, é de influência neopentecostal. Ainda assim, a origem católica dos estudos em torno da *ideologia de gênero* e sua fundamentação vem encontrando terreno fértil e propício para a divulgação destas ideias. Não se trata apenas de adesão do conservadorismo neopentecostal, mas de uma apropriação. Além disso, o uso do termo *ideologia de gênero* vêm aos poucos se descolando dos contextos religiosos a fim de legitimar o discurso para categorias políticas, inclusive durante campanhas político-partidárias. Isto se confirma com retirada dos termos *gênero* e *sexualidade* de muitos documentos normativos da educação, em todas as instâncias legislativas (BRITTO; REIS, 2015; SEFFNER 2016a, 2016b).

Através dos estudos foucaultianos compreendemos que o fato de tratar da ideologia como um ponto de fuga idealizado por subjetividades específicas denota que ela “está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade” (FOUCAULT, 2015b, p. 44). Compreendemos que a ideologia é sempre um ideal a ser buscado referenciado em uma ideia de verdade constituída a partir de construções individuais, algo que não condiz com o caráter *ideal universal*.

Cada indivíduo dispõe de ferramentas para desejar seus *ideais*, constituídas normativamente, a partir daquilo que compreende por acerto e erro. Sendo assim, ao constituir um *modus operandi* para a sexualidade estamos elegendo uma *ideologia de gênero*. Caberia de forma mais acertada nomear como *ideologia de gênero* a heterossexualidade normativa (JUNQUEIRA, 2017b), pois esta apresenta termos concretos do que seria um *modus operandi* da sexualidade dentro da sociedade.

### Moralidade neoliberal e assédio sexual

Muito mais que nos atermos a origem histórica do termo, precisamos compreender que o *assédio sexual* é uma prerrogativa de nosso tempo, que se estabelece e requer atenção, com formas de tratamento quase que inéditas no contexto. A moralidade neoliberal carrega consigo a iniciativa de individualizar conceitos, num impasse entre “tenho liberdade para ser do jeito que sou” e “devemos seguir o que é politicamente correto”. Para o assediador institucionalizado, o fato de suas “pequenas” imoralidades não serem convertidas em estatística trazem a naturalização do assédio, num abono moral de si.

Conforme a Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego e para o Ministério Público do Trabalho (2017), *assédio sexual* é constituído por um comportamento indesejado, de cunho sexual, podendo ocorrer na forma verbal, não verbal, virtual ou física, que tem por objetivo ou mesmo por efeito perturbar ou constranger a pessoa assediada; tem por consequência afetar sua dignidade, criando um ambiente intimidativo, degradante, que humilha e desestabiliza o sujeito.

---

8 Sigla de Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

No contexto das instituições de ensino, cada vez mais mulheres e representantes de minorias sociais são protagonistas de situações de assédio, tanto sexual quanto da ordem moral (MORAES, 2018). Importante não acalantar a ideia de que as situações de assédio sexual têm se tornado mais frequentes, pois quaisquer estudos estatísticos esbarrariam no fato de que muito recentemente os protagonistas das situações de assédio estão encontrando meios e espaços para realizarem suas denúncias. Com tantos avanços, ainda as denúncias se fazem de forma tímida numa projeção numeral, pois o caráter dos jogos de poder permite que apenas alguns poucos tenham meios para conduzir processos (MORAES, 2018). Mesmo quando ocorrem e geram comoções institucionais, o ato do assédio e o assediador acabam sendo poupados pela necessidade de manter possíveis escândalos institucionais abafados. O que acaba ocorrendo é a geração de comissões<sup>9</sup> (MINISTÉRIO, 2017), organizações, ouvidorias e núcleos internos das instituições que justificam formações acerca do tema, e acabam acalutando os ânimos que vão apaziguando-se com o tempo.

O assédio sempre é uma violência e deveria ser a todo o momento identificado como tal. Em muitos casos, os protagonistas não compreendem esta dinâmica – sejam eles o ativo e/ou o passivo do assédio. Não se trata aqui de uma prerrogativa para amenizar as consequências de um assédio para o assediador. O fato de o assediador não compreender que seu comportamento constrange, desestabiliza e humilha não faz deste um inocente. Mas nosso intuito aqui é o de questionar. Talvez uma das dificuldades na identificação do assédio paire sobre o fato de que os assediados não sabem quais os limites que devem ser estabelecidos nos jogos de controle e poder, e no quanto vale cada elemento viabilizado nas trocas. A escola e a universidade têm protagonizado movimentos quase sutis, procurando revelar quanto o assédio tem sido maquiado durante anos de processo de constituição de subjetividades. Mas ela esbarra em uma das esferas constitutivas importantíssimas da sociedade: a família. Sob o pretexto de compreender de forma essencialista quais são os valores que precisam ser repassados para filhas e filhos, a família vem hoje unindo-se às organizações religiosas para travar um embate contra o inimigo que eles chamam de *ideologia de gênero*.

O assédio sexual tem origens e movimentos diferentes: ele se insinua, retrocede, retorna, torna-se palpável e muitas vezes volta à invisibilidade como toda as formas de injustiça social que não são devidamente compreendidas. Da invisibilidade compreendemos que é uma condição daquele que enxerga, e não do problema em si (FOUCAULT, 2014). A constituição subjetiva do indivíduo necessita de elementos para elaborar conceitos do que deve ser tratado como assédio. Enquanto violência, o assédio sexual se utiliza da força para sobreviver, e requer que o assediado seja vulnerável (FOUCAULT, 1999). Enquanto condição a ser compreendida, o assédio parece ser efetivamente considerado um problema quando resulta em ato de extrema violência cometido e divulgado. Parece-nos que os certames biopolíticos não conseguem – ou a estes pouco interessa – desempenhar papéis sociais que sejam convertidos no tratamento efetivo e conceitual das sequelas da violência contra a mulher, por exemplo. A sociedade pouco compreende os efeitos do assédio na constituição subjetiva tanto dos assediados como daqueles que vivenciam o assédio de outrem de forma naturalizada (FELIPE; GALET, 2016).

---

9 Como exemplo podemos citar a resolução que cria comissão de humanização das relações de trabalho e prevenção de assédio moral (Universidade Federal do Espírito Santo). Presente em: <http://www.ufes.br/conteudo/ufes-institui-comissao-de-humanizacao-nas-relacoes-de-trabalho-e-prevencao-do-assedio-moral>. Uma breve pesquisa pode revelar diversas outras comissões criadas nos últimos dois anos.

## Assédio e “ideologia de gênero:” pontos convergentes

Ao pensar em *como nos tornamos o que somos* notamos que, em alguns casos, a sociedade não compreende seu papel na disseminação de um comportamento que deveria ter sido erradicado das relações humanas. Como não há vacina universalizada contra o assédio, as estatísticas parecem atingir de formas diferentes os diferentes nichos da população. Somos plenamente capazes de construir o caminho traçado para o atual controle de natalidade da sociedade vigente, e distinguir quais mecanismos nos foram ensinados para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, de forma naturalizada. Mas para os assédios que vivenciamos ou vemos serem vivenciados, sem o sensacionalismo e repercussão dados aos casos de violência física – que muitas vezes culminam em mortes – não há outro tipo de prevenção senão a educação sexual e, precisamente, a educação sexual no âmbito escolar. Os casos de pedofilia, por exemplo, ocorrem em sua maioria nas relações intrafamiliares (FELIPE, 2006), a mesma família que, instigada pela igreja, reivindica exclusividade na escolha de métodos para a educação sexual de suas crianças.

A educação sexual escolar e os estudos acadêmicos sobre o tema são o que, ainda que de forma tênue, fazem com que avancemos em entendimentos a respeito da autonomia do controle do corpo humano. A mudança de foco dos discursos propõe a repercussão do aumento no número de denúncias relacionadas ao assédio sexual. A mesma educação sexual que sofre com a propagação errônea do conceito de *ideologia de gênero* é a que procura manter-se dialogando com o tema transversal da orientação sexual<sup>10</sup> e com os estudos de identidade de gênero. Importante salientar que no Brasil diversos departamentos acadêmicos têm sido responsáveis por sólidos estudos na área, gerando na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação o GT23, grupo de estudos para questões de gênero e sexualidade na educação.<sup>11</sup>

Retornando ao problema de *quem são os indivíduos conceitualmente invisíveis* nos cabe procurar compreender para que lado estamos olhando e o porquê não os estamos enxergando – afinal, são muitos, e para não disseminarmos o ideário binário de compreender dois lados como distintos, precisamos nos precaver da possibilidade de estarmos, em muitos momentos, entre aqueles mesmos a quem não enxergamos. Fazemos importante participação na propagação de discursos de assédio e sua banalização quando não enxergamos os produtos do assédio e dos “maus tratos emocionais” (FELIPE; GALET, 2016). Quando a sociedade banaliza problemas como a diferença na distribuição de renda, o boicote à educação para gênero e sexualidade, alimenta o discurso de que a mulher nasceu para a maternidade, de que os homens são naturalmente infiéis e apaga da consciência as violências praticadas contra os que não seguem a heteronormatividade, está evidentemente preparando o espaço para que as práticas de assédio sejam, também, naturalizadas.

## Possibilidades: educação em gênero e sexualidade

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, “todo ser humano tem direito à instrução [...] orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.” (ONU, 1948, p. 14). Ainda “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos [...] sem distinção de

10 O tema transversal “orientação sexual” faz parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais da legislação de ensino brasileira desde 1997.

11 O histórico deste Grupo de Trabalho pode ser encontrado no site da ANPED (<http://www.anped.org.br/grupos-de-trabalho/gt23-g%C3%AAnero-sexualidade-e-educa%C3%A7%C3%A3o>).



qualquer espécie.” (idem, 1948, p. 4). Trazer a educação sexual e de gênero para o âmbito das ideologias e permitir a construção discursiva a fim de apagar de documentos normativos a existência das pautas é fadá-las ao rápido esquecimento:

As narrativas contidas no currículo, de maneira explícita ou não, corporificam noções muito particulares sobre o conhecimento, as formas de organização da sociedade e diferentes grupos sociais, estabelecendo, por exemplo, qual o conhecimento que pode ser considerado legítimo, quais as formas de conhecer que são válidas, etc. Tais narrativas contidas no currículo trazem embutidas noções sobre quais os grupos sociais legitimados, a ponto de poderem representar a si e aos outros ou ainda quais os grupos sociais que são apenas representados ou até mesmo totalmente excluídos de qualquer representação (FELIPE, 2016, p. 2).

Seria assim conclusivo prever que a disseminação de um discurso deturpado de *ideologia de gênero* inimiga da educação teria como consequência a invisibilidade de pautas de representação minoritária.

Segundo Foucault (2008), a governamentalidade neoliberal quer um estado mínimo que injete formas de ganhos capitais no mercado, e para isto o Estado deve prover o consumo mediante políticas públicas. A nova moralidade neoliberal, no entanto, caminha para uma autonomia que não requer preceitos do Estado, principalmente questionando a educação. O assediador institucionalizado, neoliberal no conceito de auto gerenciado, defende suas próprias ideias sobre educação, seus próprios conceitos, abonando a si mesmo enquanto herói de sua história. Estas características lembram, em muito, uma conhecida *ideologia de gênero* de nosso tempo: o machismo.

Seria precipitado, mas não errôneo afirmar que a proliferação de um discurso corrompido e contrafeito sobre uma *ideologia de gênero*, com intenção de ganhar adeptos no âmbito da família heteronormativa, seja ela no contexto mundial ou nacional, pode trazer graves consequências para a manutenção e até mesmo proliferação de casos de assédio sexual.

Ao procurar responder a questão-problema do artigo nos aproximamos ainda mais desta moralidade neoliberal, de subjetividade constituída de muitos percalços, mais instintiva que consciente, que elege em si mesmo exemplo a ser seguido. Esta moralidade reivindica para si o poder da família normativa, seja por sua constituição religiosa, seja pelo fato de creditar todo o gozo de direitos sociais à sua autonomia. Ela procura tudo o que diz respeito ao formato nuclear de sociedade, que lhe permite “ser o que quiser” em seu ambiente de origem. Estes elementos não são, necessariamente, constitutivos de uma subjetividade reflexiva. Proliferam um ideário, uma “ideologia”.

Sem uma educação sexual adequada, proliferando e fazendo repetir para as novas gerações os mesmos preceitos que lhe constituíram, o indivíduo não compreende a própria contradição em que vive: permite, incentiva e produz situações de assédio, que seguem sendo naturalizadas, por não querer que uma educação em gênero e sexualidade propague ideias de respeito entre os seres humanos, *acima de tudo*.

## Referências

AGÊNCIA Brasil. Taxa de Femicídios do Brasil é a quinta maior do mundo. **Revista Exame**, 7 de agosto de 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/taxa-de-femicidios-no-brasil-e-a-quinta-maior-do-mundo/>.

ATWOOD, M. E. **The Handmaid's Tale**. Trad. Marcia Serra. São Roque: Marco Zero, 1987.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n 867 de 23 de março de 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional o “Projeto Escola Sem Partido”. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/sileg/integras/1317168.pdf>>.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2 de 1º de julho de 2015(b)**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos e cursos de segunda licenciatura) e formação continuada. Disponível em: <[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res\\_cne\\_cp\\_02\\_03072015.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf)>.

BRASIL.MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em:<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc/>>.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei número 625 de 12 de fevereiro de 2019**. Institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção ao Assédio Moral e Sexual nas Relações de Trabalho. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191658>>.

BRITTO, P.; REIS, L. **Por pressão, planos de educação de 8 Estados excluem ‘ideologia de gênero’**. Folha de São Paulo, 25/06/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>>.

CENTOFANTI, S. **Santa Sé: Ideologia de Gênero, passo atrás para a humanidade**. Vaticano News. Cidade do Vaticano, 22 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2019-03/auza-genero-onu-humanidade.html>>.

COMISSÃO para igualdade no trabalho e no emprego. **Conceito de Assédio Sexual**. Disponível em: <<http://cite.gov.pt/pt/acite/dirdevtrab005.html>>.

FELIPE, J. **Afinal, quem é pedófilo?** Cadernos Pagu, número 26, janeiro-junho de 2006, p. 201-223. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30391.pdf>>.

FELIPE, J. **Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil**. Rev. Géledes, 12 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/genero-e-sexualidade-nas-pedagogias-culturais-implicacoes-para-educacao-infantil/>

FELIPE, J.; GALET, C. Maus-tratos emocionais e formação docente. In.: LUZ, N.; CASAGRANDE, L. (Orgs.). **Entrelaçando gênero e diversidade: violências em debate**. Curitiba: Editora UTFPR, 2016, p. 85-100. Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2070/8/generodiversidadeviolencia.pdf>>.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **A História da Sexualidade – V. I: A vontade de saber**. 3. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015b.

G1. **Veja a lista de países que já legalizaram o casamento gay**. São Paulo: 26 de junho de 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/06/veja-lista-de-paises-que-ja-legalizaram-o-casamento-gay.html>>.

GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões**, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

IBGE. **Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Sócioeconômica, nº38, 2018. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf)>.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de Gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos

direitos humanos tornou-se uma “ameaça à família natural”? In.: RIBEIRO, P. R.; MAGALHÃES, J. C. (Orgs.). **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. Furg, 2017, p. 25-52.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de Gênero”: um dispositivo retórico de uma ofensiva antifeminista. In.: DIAS, A. F.; SANTOS, E. F.; CRUZ, M. H. (Orgs.). **Gênero e Sexualidades: entre invenções e desarticulações**. Aracaju: Editora IFS, 2017b, p. 47-61.

LOURO, G. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

LOURO, G. Pedagogias da Sexualidade. In.: LOURO, G. (Org.). **O Corpo Educado**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 7-34.

MACEDO, E. As demandas conservadoras do movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. Campinas: **Revista Educação e Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 507-524, abr-jan, 2017.

MINISTÉRIO Público do Trabalho; Procuradoria Geral do Trabalho. **Assédio Sexual no Trabalho – Perguntas e Respostas**. Brasília, maio de 2017. Disponível em: [http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal\\_mpt/921e0b9f-c30c-473c-bf3b-0497ac571292/Cartilha\\_Ass%C3%A9dio+Sexual.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT\\_TO=url&CACHEID=ROOTWORKSPACE.Z18\\_395C1B00K89D40AM2L613R2000-921e0b9f-c30c-473c-bf3b-0497ac571292-IPgJK7P](http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/921e0b9f-c30c-473c-bf3b-0497ac571292/Cartilha_Ass%C3%A9dio+Sexual.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=ROOTWORKSPACE.Z18_395C1B00K89D40AM2L613R2000-921e0b9f-c30c-473c-bf3b-0497ac571292-IPgJK7P).

MORAES, F. T. “Assédio sexual é algo frequente dentro das universidades do país”, diz pesquisadora. Folha de São Paulo, 27 de maio de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2018/05/assedio-sexual-e-algo-frequente-dentro-das-universidades-do-pais-diz-pesquisadora.shtml>.

OLIVA, N. **Brasil tem onda de feminicídios no início do ano, com mais de 100 casos em um mês**. São Paulo: IG Notícias, 04 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2019-02-04/femicidio-brasil-janeiro.html>.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>.

PEETERS, M. **O gênero: uma norma política e cultural mundial: ferramenta de discernimento**. Trad. Paulo Augusto da Silva. São Paulo: Paulus, 2015.

PENNA, F. A. “Escola Sem Partido” como ameaça à educação democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. In: MACHADO, A. R.; TOLEDO, M. R. (Orgs.). São Paulo: Cortez: ANPUHSP – Associação Nacional de História, 2017, p. 247-260.

PORTELLA, R. de C. Escola sem Partido, “ideologia de gênero” e as lentes do entretenimento. In: RIBEIRO, P. R. C. et al. (Orgs.). **Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade**, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade. Rio Grande: Editora da FURG, 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/280.pdf>.

PRATES, D. M.; GARBIN, E. M. Culturas Juvenis Assembleianas. **Educação em Revista**, n. 33, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v33/1982-6621-edur-33-e164623.pdf>.

REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan.-mar., 2017.

SEFFNER, F.; PICCHETTI, Y. A quem tudo quer saber, nada se lhe diz: uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável? **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 61-81, Jan./Abr. 2016a.

SEFFNER, F. Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas. **Reunião Científico Regional XI ANPED Sul**. Curitiba: XI ANPED SUL, 2016b.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Rev. Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, Jul./Dez. 1995, Porto Alegre, UFRGS/FACED.

SCOTT, J. **Os usos e abusos do gênero**. Projeto História, São Paulo, n. 45, dez 2012, p. 327-351.